

REBENA
REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO E APRENDIZAGEM
V.4 (2022)

JUVENTUDE: IMPACTO DA COVID- 19 NA EDUCAÇÃO E AS ESTRATEGIAS PARA O ENSINO NÃO PRESENCIAL NO AMAPÁ

Youth: The Impact of Covid – 19 on Education and Strategies for Offshore Teaching in Amapá

Ely da Silva Almeida¹ Gilcélia da Silva Sanses²
Rosenilda Sandra Fernandes da Rocha³

RESUMO

Com a temática Juventude: impactos da Covid-19 na educação e as estratégias para o ensino não presencial no Amapá, cujo objetivo é identificar as estratégias da educação para implementação de políticas educacionais direcionadas ao ensino no período de suspensão das aulas presenciais nas escolas do Amapá em decorrência da pandemia da Covid- 19, tendo como principal problemática: Que ações estão sendo implementadas para o ensino não presencial no período de suspensão das aulas presenciais no Amapá? A metodologia adotada na pesquisa foi bibliográfica e documental, com base nas evidências científicas e nos relatórios, sites, informativos oficiais, normativas pareceres e notas técnicas dos órgãos vinculados ao Sistema de Ensino do Estado. Por fim conclui-se que a educação no Amapá, as escolas da Rede Pública os profissionais da educação, os estudantes e as famílias tiveram que em pouco tempo que se adaptar ao uso de tecnologias de informação e comunicação - TICs, ao ensino remoto e a outras medidas compensatórias para garantir a efetividade da aprendizagem através do ensino não presencial.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Juventude. Isolamento Social. Desempenho.

ABSTRACT

With the theme Youth: impacts of Covid-19 in education and strategies for non-contact education in Amapá, whose goal is to identify the strategies of education for the implementation of educational policies directed to education in the period of suspension of classes in Amapá schools due to the pandemic of Covid-19, with the main problem: What actions are being implemented for non-contact education in the period of suspension of classes in Amapá? The methodology adopted in the research was bibliographic and documental, based on scientific evidence and reports, websites, official reports, regulations, opinions and technical notes of the agencies linked to the State Education System. Finally, we conclude that Amapá's education, public schools, education professionals, students and families have had to adapt to the use of information and communication technologies - ICTs, remote teaching and other compensatory measures to ensure the effectiveness of learning through distance learning.

Keywords: Public Policies. Youth. Social Isolation. Performance.

1. Introdução

O artigo *Juventude: impacto da Covid-19 na educação e as estratégias para o ensino não presencial no Amapá*, tem como objeto de pesquisa identificar as estratégias da educação para implementar ações de políticas educacionais direcionadas ao ensino no período de

¹Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá. elyalmeida90@gmail.com

² Universidad Autónoma de Asunción – UAA. sansespy@gmail.com

³ Universidad Autónoma de Asunción – UAA. sandrarochaap99@gmail.com

suspensão das aulas presenciais nas escolas do Amapá em decorrência da pandemia da Covid-19. Partindo da problemática questiona-se que estratégias foram implementadas para o ensino não presencial no período de suspensão das aulas presenciais no Amapá? O estudo se justifica por se tratar de uma temática da contemporaneidade vivenciada por todos os países do mundo, e no Brasil e como no Amapá é importante a produção científica de artigos sobre essa temática. Pois segundo CROMIANSKI, et al (2020, p, 25) “as medidas de isolamento social, redução da aglomeração de pessoas e a suspensão de serviços públicos geraram consequências para escolas do Brasil”.

A metodologia para elaboração desse estudo foi à pesquisa bibliográfica e documental, e com relação à pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 45).

Sobre à pesquisa documental:

[...] as fontes são mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não recebem nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas [...] incluem-se aqui inúmeros outros documentos, como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorando, regulamentos, ofícios, boletins etc. [...] há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46).

Ainda com base no autor foi adotado esses dois tipos de investigação, pois:

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultadas nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como fontes bibliográficas. Neste sentido, é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura. (GIL, 2002, p. 46).

O artigo está assim organizado: resumo; abstract; item 1 Introdução fazendo uma breve apresentação da pesquisa; item 2 Impactos decorrentes do fechamento das escolas por longos períodos, faz um panorama baseado em evidências científicas sobre os diferentes eventos que alteraram o planejamento das escolas em diferentes países; item 3 Impactos da Covid-19 e as estratégias de enfrentamento, sendo desenvolvido da seguinte maneira: subitem 3.1 no Contexto da América Latina e no Caribe, subitem 3.2 no Contexto do Brasil e subitem 3.3 no Contexto do Amapá; item 4 Considerações Finais e Bibliografia.

2. Impactos decorrentes do fechamento das escolas por longos períodos

Os pesquisadores Oliveira; Gomes; Barcellos, no artigo A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências (2020) abordam o impacto da covid-19 sobre a educação,

baseados nas evidências científicas, tendo como objetivo analisar no artigo o impacto do fechamento das escolas sobre o desempenho dos alunos no curto e longo prazo (p. 556).

Os autores dialogam com vários pesquisadores que desenvolveram seus estudos sobre os diferentes eventos que alteraram o funcionamento regular das escolas em distintos países. Citam os estudos realizados por (MEYERS; THOMASSON, 2017) sobre a pandemia da poliomielite ocorrida nos Estados Unidos em 1916 que resultou em uma quarentena e fechamento das escolas nos primeiros dois meses do ano, como isso resultou em evasão escolar. Da paralisação dos professores na Bélgica por quase seis meses em 1990 estudo realizado por (BELOT; WEBBINK, 2010) onde verificaram que a escolaridade média dos alunos caiu em relação aos alunos não afetados pela greve. Em 2005 o evento ocorrido pelos furacões Katrina e Rita no sul dos Estados Unidos levaram ao fechamento de escolas e à realocação de alunos em outras escolas, teve como resultado a queda no desempenho escolar em matemática, conforme aponta o estudo de (SACERDOTE, 2012).

Oliveira; Gomes; Barcellos (2020) suscitam que:

Os fenômenos descritos acima permitem estudar suas consequências justamente, porque geraram uma mudança súbita e não planejada [...] essa análise é complicada devido à falta de dados, pois não se trata de eventos controlados [...] escolas fecham anualmente de forma planejada para as férias escolares, o que cria uma oportunidade para estudar esse efeito sobre o aprendizado. Em tese, durante esse período de dois a três meses de paralisação, ocorreriam uma desaceleração, ou perda de aprendizado, obtidos durante o período letivo. [...] obviamente, as férias planejadas para o final do ano escolar, com duração pré-definida, diferem do período gerado pela pandemia da Covid-19 (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 557).

Para os pesquisadores Oliveira; Gomes; Barcellos (2020) no artigo “Ensino remoto de Matemática: a experiência de uma comunidade escolar durante a pandemia da Covid-19” enfatizam a importância de estudar e produzir dados para medir o desempenho escolar dos alunos, com isso tem-se resultados que mostram os efeitos dos eventos, como por exemplo os estudos realizados sobre o efeito negativo ou nulos das férias de verão nos Estados Unidos, onde se tem uma paralisação planejada, onde os estudos orientam estratégias para realizar atividades para o período de férias onde os alunos estão fora da escola em condições normais (OLIVEIRA; GOMES; BRACELLOS, p. 26)

Os pesquisadores acima referenciados, fazem um panorama de literatura de estudos em vários países sobre estratégias para reduzir a problemática do desempenho escolar, mostram resultados positivos e negativos de intervenções para ampliação do tempo escolar como possibilidade de impedir o impacto no fechamento das escolas de forma planejada ou não, e ainda citam diversas intervenções potencialmente óbvias ou promissoras, mas

cujas eficácias são modestas que geram custos elevado se não trazem resultados consensuais (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p, 558 - 561).

Citando especificamente os estudos sobre o Brasil Oliveira, Gomes; Barcellos (2020) mostram pesquisas realizadas que ainda não foram publicadas, onde se tem evidências de impacto positivo em desempenho escolar associado à reformulação do Ensino Médio no estado de Pernambuco apud (ROSA et al., 2020), no estado do Rio de Janeiro um programa piloto para o Ensino Fundamental implementou o turno único de sete horas diárias, tais estudos apontam a importância de alteração no currículo conjuntamente com o aumento da carga horária. No estado de São Paulo apud (AQUINO; KASSOUF, 2011) o programa de tempo integral implementado na rede estadual não teve efeitos. Isso se repete no programa Mais Educação, que amplia atividades extracurriculares, porém não obteve impactos relevantes sobre o desempenho escolar apud (GANDRA; RODRIGUES, 2018; PARENTE; PRADO, 2016).

Assim percebe-se que a problemática do desempenho escolar é algo desafiador que mesmo partindo de um planejamento na busca de implementar políticas educacionais, ainda não se tem encontrado respostas com isso, Oliveira, Gomes; Barcellos (2020, p. 561) “ênfatisam que não existem saídas fáceis - seja pela ampliação do horário escolar, seja pela adoção de tecnologias”.

Hoje pais, alunos e professores de diversas partes do país, vivem um momento único e “homogêneo” em relação às atividades escolares. Por conta da pandemia (Covid-19), todas as escolas tiveram que parar suas atividades presenciais e substituir por atividades remotas, ou seja, que são realizadas através de recursos como: celulares, tablets e como meios transmissores: a internet. Porém, ainda se encontra uma imensa dificuldade ao encaixar todos os alunos de forma igualitária nas atividades, já que, muitos ainda não têm acesso à internet ou, não possuem um recurso apropriado para o acesso às aulas remotas. (MIRANDA et al, 2021, p.93).

Com relação às estratégias de ensino e ações que podem ser adotadas pelas escolas brasileiras para minimizar os efeitos do isolamento social causado pela Covid-19, segundo os autores fundamentados nas literaturas, essas questões perpassam por limitações estruturais, como: ter professores com capacidade de desenvolver o ensino, ou seja professor com competência, formação e motivado com a missão de ser professor, pois se no ensino presencial o papel do professor é fundamental, no Ensino Remoto é também, desde que este tivesse familiaridade com as tecnologias e técnicas eficazes de Ensino a distância (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 562). Outra questão evidenciada em estudos diz respeito à limitação da família para ensinar ou acompanhar seus filhos nos conteúdos e atividades escolares, apud (AVVISATI et al., 2014; POWELL-SMITH et al., 2000).

Outro elemento trata-se da desigualdade socioeconômica brasileira no contexto da educacional os autores Oliveira, Gomes; Barcellos (2020, p. 563) apud (HECKMAN; MASTEROV, 2007; HIPPEL; HAMROCK, 2019) mostram que em qualquer país é difícil reduzir desigualdades.

As evidências mostram que as estratégias promissoras evidenciadas na literatura estão longe da realidade brasileira considerando as limitações dos professores com relação a experiência com a tecnologias, as limitações de conectividades, de infraestrutura e de interação ao ambiente familiar (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 564).

O artigo aponta várias estratégias evidenciadas na literatura científica que se bem articuladas poderão ser promissoras para o período pós pandemia como: a) alfabetização usando método fônico; b) leitura, c) avaliação diagnóstica; d) Ensino estruturado; e) tutorias; f) dever de casa e g) garantia de frequência escolar (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 564).

Com relação ao contexto brasileiro educacional destacam-se as seguintes estratégias a saber: diagnóstico dos alunos; ensino estruturado; dever de casa; leitura e programas intensivos de tutoria para os alunos com mais dificuldades em pequenos grupos (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 566).

3. Impacto do Covid-19 na educação e as estratégias de enfrentamento

3.1. No contexto da América Latina e no Caribe

Segundo o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em comunicado oficial realizado no dia 20 de novembro de 2020 no *site* oficial, na matéria intitulada “Covid-19: mais de 97% dos estudantes ainda estão fora da sala de aula na América Latina e no Caribe”, faz uma contextualização sobre os impactos devastadores da Covid-19 na educação na América Latina e no Caribe, fundamentado no relatório do UNICEF sobre os impactos negativos da Covid-19 que as crianças e adolescentes da América Latina e do Caribe com perdas de quatro vezes mais dias letivos (174) em comparação com o resto do mundo; milhões de estudantes mais vulneráveis podem não retornar à escola; sem computador em casa, internet, ou até mesmo de um lugar para estudar, estudar em casa se torna um desafio, E que desde o fechamento das escolas cerca de 42 milhões de estudantes recebem atividades educacionais a distância e em casa por meio do rádio, TV, internet e outras plataformas (UNICEF, 2020).

Ressalta a comunicação do UNICEF (2020) que mesmo com esforços governamentais, apenas um em cada dois estudantes de escola pública está tendo acesso a um ensino a distância de qualidade em casa, em comparação com três em cada quatro

estudantes de escola privada. Nos casos de crianças e adolescentes considerados com maior risco de abandono escolar como os migrantes, indígenas e deficientes, recomenda-se apoio especial como apoio econômico para incentivar o desempenho educacional, a merenda escolar e custos para transporte para que as famílias encaminhem seus filhos para a escola.

A comunicação do UNICEF (2020) evidencia que a Covid-19 empurrou milhões de famílias para a pobreza, uma em cada seis escolas não tem acesso a água, e que para a reabertura segura das escolas será necessário a instalação de infraestrutura de água, saneamento e higiene, capacitação de professores em abordagem de aprendizagem mais inclusiva, sendo que deve ser prioridade dos governos a reaberturas das escolas.

3.2 No contexto do Brasil

O fechamento das escolas no Brasil para combater a disseminação da Covid-19 causou impactos profundos na vida dos estudantes, tendo em vista as desigualdades sociais e econômicas presente na realidade brasileira, e as aprendizagens em casa não foram da mesma forma que na escola. Vale ressaltar que segundo a comunicação do UNICEF (2020) antes da pandemia, 4,8 milhões de estudantes não tinham o acesso de internet em suas casas, com isso ocorreu um forte impacto no acesso ao ensino online na pandemia.

Um dado importante do impacto do ensino online, revelado em agosto de 2020 pela pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Covid-19 mostra 4 milhões de estudantes do ensino fundamental (14,4%) sem acesso a nenhuma atividade escolar, sendo a maioria negros, vivendo em famílias com renda domiciliar de $1/2$ salário mínimo. Outros impactos foram constatados com o fechamento das escolas e com isolamento social, os problemas de saúde mental, a falta de acesso da merenda escolar precarizou ainda mais a vida dos mais vulneráveis, assim como a violência e o trabalho infantil se ampliaram.

A recomendação do UNICEF na sua comunicação realizada no seu site é que sejam realizadas iniciativas e propostas específicas para o retorno das crianças e adolescentes à escola, ao ensino e a aprendizagem, de ir atrás de quem não conseguiu se manter aprendendo na pandemia, de quem já estava fora das escolas ou em atraso escolar antes da Covid-19.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgou no seu *site* no dia 08/07/2021 os dados sobre o impacto da pandemia na educação, e as estratégias adotadas pelas escolas, para a consecução dos anos letivos de 2020. O levantamento foi aplicado entre fevereiro e maio de 2021, com a 2ª etapa do Censo Escolar 2021, as informações abrangeram 94% das escolas da educação básica, sobre a resposta educacional à Covid-19 no Brasil, os dados aferidos mostraram as

consequências da pandemia no sistema educacional os quais são importantes para elaborar estratégias e políticas para o enfrentamento dos impactos da crise sanitária no ensino e na aprendizagem.

Segundo o INEP (2021) a pesquisa reuniu dados sobre os impactos educacionais da pandemia do Covid-19, para isso foi desenvolvido um formulário específico com intuito de coletar informações sobre a situação e as estratégias adotadas pelas escolas para continuar ensinando e avaliando os estudantes da educação básica. Os dados coletados são importantes para o planejamento de ações de enfrentamento e para implementação de políticas educacionais, necessárias para a tomada de decisões de gestores públicos, com isso se tem um panorama da educação no contexto da pandemia. Conforme a pesquisa as revelações são as seguintes: 94% (168.739) das escolas responderam o questionário aplicado pelo Inep por meio do Censo Escolar; 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais, com isso parte delas ajustaram a data do término do ano letivo 2020; 53% das escolas mantiveram o calendário; 70% das escolas privadas mantiveram o cronograma previsto; 98% das escolas brasileiras adotaram estratégias não presenciais.

O Inep com este estudo construiu um cenário da educação no Brasil na pandemia e, fez a identificação das contribuições do MEC para apoiar os entes federados. Considerando o levantamento realizado pelo Inep a média de suspensão de atividades presenciais no Brasil durante o ano letivo foi de 279 (duzentos e setenta e nove) dias, tanto nas escolas públicas como privadas, ainda considerando os dados de monitoramento global pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mostra que nos países como o Chile e Argentina registraram 199 dias sem atividades presenciais entre março de 2020 e fevereiro de 2021. No México, foram 180 dias e no Canadá foram 163 dias de aulas presenciais suspensas. Na França foram 43 dias e Portugal 67 dias de suspensão presencial.

As iniciativas estratégicas realizadas segundo o Inep (2020) foram reuniões com professores para o planejamento, coordenação e monitoramento das atividades pelos professores para dar continuidade ao trabalho durante a suspensão das aulas presenciais, assim como, para a reorganização ou adaptação do planejamento ou do plano de aula, visando priorizar habilidades e os conteúdos específicos. Com relação a rede estadual, 79,9% das escolas treinaram os professores para usarem métodos ou materiais dos programas de ensino não presencial, na Rede Municipal, foi de 53,7% que fizeram o treinamento. Com relação à disponibilização de equipamentos como computador, notebooks, tablets e smartphones aos docentes 43,4% das escolas estaduais

disponibilizaram, sendo que nas escolas municipais o percentual foi de 19,7%. Com relação ao acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, o Inep mostra que 15,9% das escolas da rede estadual adotaram essas medidas e na rede municipal foi de 2,2%.

A medida estratégica de comunicação entre aluno e professor segundo o Inep (2020) ocorreu por meio de: telefone, redes sociais e aplicativo de mensagens, constituindo-se nas estratégias mais adotadas para o contato e apoio tecnológico junto aos alunos. Quanto à disponibilidade de equipamentos como computador, notebooks, tablets e smartphones aos estudantes, assim como, o acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílios para os alunos não foi mostrado o percentual de atendimento (INEP, 2020).

No que diz respeito às estratégias e ferramentas para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem, tem-se o material impresso para retirada na escola o mais utilizado, com raros casos onde o coordenador ou diretor da escola levou esse material na casa do aluno no Amapá, em seguida está a oferta de materiais de ensino-aprendizagem na internet, ou com material físico o atendimento realizado virtual ou presencial escalonado e suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis, entre outras medidas adotadas (INEP, 2020).

A realização de aulas síncronas (aulas ao vivo) representa estratégia adotada por 72,8% das escolas estaduais e 31,9% das municipais que implementaram essa estratégia. O Inep mostra que em 2.142 cidades brasileiras, nenhuma das escolas municipais adotou essa medida, somente 592 cidades e sua rede municipal fizeram o uso deste meio.

Com referência ao planejamento do ano letivo de 2020, 28,1% das escolas públicas planejaram a complementação curricular com a ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021. Na Rede Privada, 19,5% das escolas optaram por essa alternativa, tendo a orientação recomendada do Conselho Nacional de Educação (CNE). No caso em que as escolas não cumprissem os direitos de aprendizagem, pode ser adotado o “contínuo curricular”, que implica a criação de uma espécie de ciclo para conciliar anos escolares subsequentes com a devida adequação do currículo, onde as escolas teriam dois anos para cumprir os objetivos de aprendizagem. Com relação as escolas privadas 21,9% delas retornaram às aulas com a realização concomitantes de atividades presenciais e não presenciais, o chamado ensino híbrido, estratégia recomendada pelo CNE, o que no Amapá ocorreu a partir de janeiro de 2021 e totalmente presencial a partir de janeiro de 2022.

Por fim o Censo Escolar de 2020, sendo a principal pesquisa estatística da educação básica, é uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam

compreender a situação do Brasil, dos estados e municípios, bem como das escolas, permitindo acompanhar a efetividade das políticas públicas implementadas.

3.3 No contexto do Amapá

Foi divulgado no site do G1 AP no dia 15 de novembro de 2020 às 16 horas, a matéria intitulada “IDEB - Amapá não atinge nenhuma meta de desempenho nos ensinos fundamental e médio em 2019”, temos uma informação jornalística fundamentada no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira - IDEB, divulgada para a sociedade no referido *site*, cujos dados mostram o baixo desempenho da educação básica no Amapá no ensino fundamental dos anos iniciais e finais e, no ensino médio. Segundo a reportagem o estado não atingiu nenhuma meta nas três etapas da educação básica, sendo que os dados englobam a rede pública e privada.

Analisando o resultado por ciclo, observa-se que nos anos iniciais do ensino fundamental, o desempenho ficou mais próximo da meta: 4,9% com meta de 5,2%, o Amapá, Distrito Federal e o Rio de Janeiro foram os que ficaram abaixo do desempenho. O pior desempenho foi nos anos finais do ensino fundamental, com índice 4,0 quando a meta a ser atingida era de 5,3%, nesse quesito nenhum dos 16 municípios atingiu o objetivo, sendo que 91,3% dos alunos matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental são da rede pública.

No ensino médio a rede pública é responsável por 86,8% das matrículas, o Amapá teve o pior desempenho do país, onde o índice alcançado foi de 3,4% e a meta de 4,5% sendo que nesse objetivo todos os estados do Brasil ficaram abaixo da expectativa, com exceção de Goiás.

Este cenário da educação no Amapá de 2019 já mostrava o baixo desempenho na aprendizagem dos estudantes, um indicador que requer atenção de políticas educacionais para melhorar esse desempenho de aprendizagem desde 2020, com a pandemia causado pelo coronavírus (Covid-19) esse cenário educacional pode ter um grave aprofundamento com relação ao desempenho dos anos alunos da educação básica no Amapá.

Para Santana; Costa; Castro (2020), no artigo “Considerações relevantes para o ensino online durante a pandemia de Covid-19 nas escolas públicas do Amapá” suscitam:

O Amapá e o mundo inteiro não esperavam conviver com a covid-19, em pouco tempo o isolamento e distanciamento social, uso de máscara facial, higienização das mãos, fechamento de locais públicos e estabelecimentos foram medidas estratégicas para evitar a contaminação do novo coronavírus – a Covid-19 (p. 157).

A área da educação de fato foi afetada com fechamento das escolas, as aulas presenciais paralisaram, atingindo milhares de estudantes, diante desse contexto da

pandemia a Secretaria Estadual de Educação do Amapá (SEED) se orientou pelos Decreto Estadual nº 1.377 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid- 19) no âmbito do Poder Executivo do Estado do Amapá e do Decreto municipal nº 1656 de 16 de março de 2020, que trata da suspensão das atividades letivas na rede municipal de ensino.

O CEE/AP e os Conselhos Municipais no cumprimento do papel em normatizar, fiscalizar e acompanhar as ações das redes estaduais, municipais e particular emitiu a Nota Técnica nº 001/CEE-AP, de 18 de março de 2020, determinou no art. 1º:

Suspender as atividades escolares referentes às instituições particulares de Ensino e congêneres, nos âmbitos estaduais e municipais pelo prazo de 15 dias conforme estabelecido no decreto nº 1377/2020 Governo do Estado do Amapá - GEA (AMAPA, 2020).

Ainda na tentativa de mitigar os impactos da pandemia no processo de ensino e aprendizagem, o CEE/ AP emitiu o Parecer nº 010 de 01 de abril de 2020 que trata:

De medidas orientativas aos estabelecimentos de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, quanto à reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem, diante das implicações da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) no fluxo do Calendário Escolar de 2020 (AMAPA, 2020).

Com a interrupção das aulas em todas as escolas da rede pública e privada do Amapá, o Conselho Estadual de Educação do Amapá (CEE/ AP) aprovou a Resolução nº 033/2020-CEE/AP, de 03 de abril de 2020 estabelecendo o regime especial de atividade escolar não presencial conforme o art. 1º, a saber:

“Estabelece o regime especial de atividades escolares não presencial de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020 em consonância com a Medida normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no que tange ao cumprimento da carga horária mínima estabelecida, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino público e privadas, da Educação Básica, Profissional e Superior, pertencentes ao Sistema de Educação do Amapá” (CEE/AP, 2020).

Diante das circunstâncias a SEED/AP expediu a Instrução Normativa (IN) nº 002 de 07 de maio de 2020, onde estabelece:

As diretrizes e orientações para aplicabilidade de atividades pedagógicas não presenciais na rede estadual de ensino, durante o período de suspensão das aulas presenciais, com objetivo de manter o vínculo com a escola, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes e o cumprimento da carga horária mínima anual, atendendo o disposto na legislação e normas correlatas (AMAPA, 2020).

Nesta Instrução Normativa é definida a atividade pedagógica não presencial, que pode ser mediada ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, desde que

possibilite o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades. Neste sentido, a SEED/AP disponibiliza às escolas a Plataforma da Escola Virtual – E-virtual, uma ferramenta para realização das atividades de ensino e de interação/comunicação entre gestores, coordenadores pedagógicos, professores e estudantes. Este ambiente E-virtual do Amapá passa a compor o Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEDUC – AP).

A normativa estabelece o uso de outros meios de atividades pedagógicas não presenciais com acompanhamento de professores, coordenadores pedagógicos e gestores como: aula ao vivo e on-line, transmitidas por redes sociais; envio de conteúdos digitais em ferramentas; envio de material impresso com conteúdo educacional; vídeo aulas gravadas e disponibilizadas em redes sociais; disponibilização de plataformas de ensino on-line; conteúdo educacional via rádio.

Dentre as diversas orientações pertinentes e necessárias para o período de suspensão das aulas presenciais ressalta-se na normativa a importância do cumprimento das diretrizes e orientação neste período da crise sanitária e da suspensão das aulas presenciais a relação da escola com a família para que os alunos criassem rotinas de estudos em casa.

Outra iniciativa estratégica pertinente a suspensão da aula presencial foi a Nota Técnica 001 do Núcleo de Inspeção e Organização Escolar – NIOIE/ SEED/AP de 16 de dezembro de 2020, com o objetivo de orientar a rede estadual de ensino, considerando a crise sanitária que ocasionou a paralisação das escolas e a suspensão das aulas presenciais como medida preventiva para conter a disseminação da Covid-19, atingindo assim, o sistema educacional do Amapá desde março do ano em curso, orienta que em decorrência da situação de caráter excepcionalidade atribui-se:

[...] as às Secretarias de Estado da Educação e as instituições escolares a prerrogativas de reorganizar e flexibilizar o calendário escolar, definir matrizes emergenciais, metodologias de ensino e critérios avaliativos para promoção dos estudantes no ano letivo de 2020, com possibilidade de *continuum* em 2021, a fim de ter garantido o alcance mínimo das metas constitucionais quanto ao aproveitamento (AMAPA, 2020).

A Nota Técnica avaliza as normas jurídicas educacionais que precisam ser cumpridas em contexto de excepcionalidade, e neste sentido as orientações são necessárias para a reorganização do calendário escolar; avaliação; reprovação; organização do *continuum* curricular 2020/2021. São iniciativas do ponto de vista legal que asseguram o desenvolvimento da educação no período de suspensão das aulas não presenciais.

Outras iniciativas foram constatadas no veículo de comunicação online Jornal EDUCAÇÃOAMAPÁ, de junho de 2020 onde informa os programas educacionais implementados no período de suspensão de aulas presenciais nas escolas da rede pública estadual, dentre estes se pode citar:

- Kits Pedagógicos, faz parte do Programa Criança Alfabetizada, foi entregue 80.931 kits com livros didáticos para estudante do 1º ao 5º do ensino fundamental e 7.315 kits para os professores, dos 16 municípios do Estado, receberam os kits os municípios Macapá, Santana, Mazagão e Pracúba;

- Kits Escolares, entrega de 15.329 kits com material escolar para alunos do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e aos estudantes do Ensino Médio regular em situação de vulnerabilidade social;

- Aprendizagem em Casa, parceria com a Assembléia Legislativa do Amapá (ALAP) para transmissão de conteúdos audiovisuais pedagógicos por meio da TV Assembléia, com programação educativa para os estudantes no período do isolamento social com 320 programas educativos contemplando todas as áreas de conhecimento, e que atendeu os alunos de Macapá, Santana e Mazagão;

- Kits de Atividades Pedagógicas, são materiais impressos com atividades pedagógicas para que o aluno faça suas atividades em casa para os estudantes que não tem acesso à internet;

- Vídeo Aulas Enem - cerca de 7 mil estudantes inscritos no Enem de 2020 foi disponibilizado 100 vídeo aulas para garantir conteúdo no período de suspensão das aulas presenciais e isolamento social em decorrência da pandemia da Covid- 19;

- Kits Merenda em Casa, cerca de 120 mil estudantes receberam esse benefício de alimentação, a distribuição dos alimentos é realizada pelas escolas ao responsável familiar do estudante.

- Kits Bucal, em parceria com Serviço Social do Comércio (SESC) e a Cruz Vermelha Brasileira a SEED/AP recebeu e distribuiu 120 kits de higiene bucal para os estudantes da rede pública de ensino;

- Plataforma Digital Vivescer, um canal virtual livre e gratuito, onde os docentes têm acesso a suporte socioemocional durante o isolamento social causado pela pandemia da Covid- 19.

A Consulta Pública, outra iniciativa que mostra como os estudantes tiveram acesso as atividades não presenciais, foi realizada com pais, servidores da educação e estudantes, onde 17.467 pessoas contribuíram com a consulta, sendo 51% pais ou responsáveis, 30% de estudantes da rede pública estadual e 19% de servidores da rede pública de ensino, a abrangência da consulta foi em todos os municípios do estado, sobre as ferramentas que auxiliaram no período da pandemia, dificuldades dos estudantes, da família, e professores.

Com relação as ferramentas digitais que auxiliaram na educação durante o período da pandemia foram as redes sociais como: Instagram; Facebook; Whats App e Google Classroom, sendo que:6.576 usaram o telefone celular;2.873 usaram o livro didático;2.006 usaram caderno pedagógico; 1.350 usaram o notebook; 964 usaram o computador;600 não usaram nenhum recurso.

Com relação às dificuldades dos estudantes: 48,16% tiveram dificuldades para acompanhar os conteúdos; 32,51% tiveram a falta da internet; 32,89% tiveram a dificuldades de ter um ambiente de estudo; 29,99% tiveram a falta de comunicação com os professores; 29,99% tiveram a falta de computador/ notebook; 14,90% tiveram a falta do celular; 21,36% tiveram a falta de habilidade para acessar as atividades e 5,59% tiveram a falta de apoio da família.

Com relação às famílias dos alunos: 41,07% disseram a falta de internet; 20,87% disseram não saber orientar os filhos para resolução das atividades; 15,23% disseram que as atividades não despertaram interesse.

Com relação aos profissionais da educação foram consultados sobre ter participado de algum encontro virtual de planejamento e orientação com a equipe gestora da escola: 71% responderam que sim; 24% discordaram e 5% não responderam. A alternativa utilizada pelo professor nas atividades das aulas não presenciais, a maioria respondeu que buscou plataformas e ferramentas para auxiliar seu trabalho, com relação a satisfação em trabalhar em ambiente virtual, a consulta mostra que a maioria está satisfeita.

Com as informações acima se tem um cenário das estratégias de políticas educacionais implementadas pelo estado por meio da SEED para serem executadas durante o período de suspensão das aulas presenciais para reduzir os impactos no processo de ensino e aprendizagem não presencial durante a pandemia da Covid-19.

4. Considerações Finais

No desenvolvimento do artigo vimos que os eventos sempre ocorreram de forma planejada ou não em diversos países do mundo. E para cada evento existem diversas medidas educacionais para reduzir os impactos. A pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo ocasionou um problema de saúde sanitária, que ainda hoje estamos vivendo com medidas de contenção ao contágio da doença, e com isso a educação foi atingida em seu planejamento e na execução de suas atividades educacionais, os alunos, os professores e as famílias sofreram os impactos das medidas que foram implantadas para continuar o ensino, ou seja com atividades não presenciais.

Diversas medidas educacionais foram tomadas pelos governos para enfrentar os desafios do ensino não presencial, tendo em vista que antes da pandemia da Covid-19 o Brasil e o Amapá já apresentavam baixo desempenho educacional evidenciado pelo Ideb 2019. Neste sentido percebem-se como as escolas da rede pública do Amapá, os profissionais da educação, os estudantes e as famílias tiveram que adaptar-se ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, como o ensino remoto e outras medidas compensatórias para garantir o ensino não presencial.

É indiscutível que a pandemia causou impactos na aprendizagem dos alunos durante esse período, mas foram desafiadoras as respostas para que o ensino e a aprendizagem dos alunos fossem resgatados da escuridão da ignorância, no sentido de assegurar o direito do aluno ao acesso e a permanência dentro do processo educativo e hoje o ensino mediado pela tecnologia ou não, que aconteceu nos anos de 2020 e 2021, tendo em vista que a partir de 2022 as aulas retornaram com o ensino presencial, apesar das dificuldades sentidas por toda a comunidade escolar, ou seja, os profissionais da educação, os alunos e a família, conforme demonstrado na Consulta Pública realizado pela SEED/AP, o ensino a distância foi uma pratica educacional que ajudou na redução dos impactos da Covid-19 na educação.

Vale ressaltar o envolvimento da Secretaria Estadual de Educação, com a responsabilidade de coordenar e executar a política de educação não presencial, elaborando diretrizes e orientações para o ensino não presencial, o Conselho Estadual de Educação - CEE/AP normatizando as atividades educacionais não presenciais em consonância com o Conselho Nacional de Educação - CNE, a escola com profissionais da educação, estudantes e as famílias construindo uma nova forma de fazer acontecer o processo educativo não presencial. Por fim, espera-se que esse artigo contribua com a análise do contexto do ensino não presencial e as consequências da pandemia (Covid-19) na educação no Amapá.

..

Referências

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Governo do Amapá retoma distribuição de Kits Merenda em casa. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1604/governo-do-amapa-retoma-distribuicao-do-kit-merenda-em-casa>. Acesso em 25.09.2021.

AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá/AP. Decreto nº 1656/2020. Que suspende, a partir de 18 de março de 2020, as atividades letivas de toda Rede Municipal Pública e Particular do Município de Macapá, pelo prazo de 15 dias, podendo ser prorrogado, conforme orientações do Comitê Municipal de Enfrentamento e resposta rápida ao

Coronavirus. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/coronavirus/wp-content/uploads/2020/03/Dec.-1.656-2020.pdf>. Acesso em 26.09.2021.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Decreto nº 1377 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre medidas preventivas ao contágio do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Executivo do Estado do Amapá. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ap/decreto-n-1377-2020-amapa-dispoe-sobre-medidas-temporarias-de-prevencao-ao-contagio-pelo-novo-coronavirus-covid-19-no-ambito-do-poder-executivo-do-estado-do-amapa>. Acesso em 25.09.2021.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Educação. Instrução Normativa nº 002 de 07 de maio de 2020. Estabelece diretrizes e orientações para aplicabilidade de atividades pedagógicas não presenciais nos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Amapá durante o período de suspensão das aulas presenciais como medida de prevenção ao contágio pelo Covid-19. https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_096a777990c2626e37c675178454658b.pdf. Acesso em: 27.09.2021

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação-SEED. Nota Técnica nº001/2020. Orientações para o ano letivo 2020/2021. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/NOTA%20TECNICA%20001-2020-NIOE-SEED-AP%20assinada.pdf%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/NOTA%20TECNICA%20001-2020-NIOE-SEED-AP%20assinada.pdf%20(4).pdf). Acesso em 29.09.2021.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Jornal Educação Amapá de julho de 2020 Veiculação Online. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_44006f12f1ed5584a9bc330badbb541a.pdf. Acesso em: 25.09.2021.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação - CEE/AP. Resolução 033/2020. Dispõe sobre a reorganização dos calendários escolares em regime especial de aulas e atividades não presenciais na escola, em caráter de excepcionalidade, como medida de enfrentamento ao coronavírus (Covid-19) e outras providências. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/CEE_49210fb8b1ca81d50ec79b3e5ed7dc25.pdf. Acesso em 23.09.2021.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação - CEE/AP. Parecer 010/CEE/AP. Que trata de medidas de ensino orientativas aos estabelecimentos de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, quanto à reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem, diante das implicações da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) no fluxo do Calendário Escolar 2020. Disponível em: <https://cee.portal.ap.gov.br/atos/arquivo/pareceres>. Acesso em 26.09.2021.

AMAPÁ. Amapá Notícia. Ideb: Amapá não atinge nenhuma meta de desempenho nos ensinos fundamental e médio em 2019. Macapá, 15.09.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/15/ideb-ap-nao-atinge-nenhuma-meta-de-desempenho-nos-ensinos-fundamental-e-medio-em-2019.ghtml>. Acesso em: 20.09.2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional de Domicílios - PNAD Covid-19. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24. 09. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em 26.09.2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação-CNE. Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020- Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>. Acesso em: 24.09 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação-CNE. Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 26.09.2021.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas Para a Infância - UNICEF. Covid- 19: mais de 97% dos estudantes ainda estão fora da sala de aula na América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-97-por-cento-dos-estudantes-ainda-estao-fora-das-salas-de-aula-na-america-latina-e-no-caribe>.

Acesso em: 24.09.2021.

CROMIANSKI, Solange Regina. *Et al.* **Ensino remoto de matemática: a experiência de uma comunidade escolar durante a pandemia da Covid-19**. Macapá, v. 3, p. 25-47, dez.2020. Disponível em: <https://periodicounifap.br/index.php/scienceinfocus>. Acesso em: 24.09.2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Leonardo Santos et al. Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia: Um Relato de Experiência de Alunos da Zona Rural. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 2, p. 89-99, 2021.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid- 19 e a volta às aulas ouvindo as evidências. **Ensaio aval. Políticas**, mai.2020.

SANTANA, Aldrin; COSTA, Jeovani; CASTRO, Simey. **Considerações relevantes para o ensino online durante a pandemia de Covi-19 nas escolas públicas do Amapá**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/webmedia_estendido/article/view/13080. Acesso em: 24.09.2021.